

II — ESTUDOS E ENSAIOS

O PROBLEMA VITAL DA SEGURANÇA NACIONAL

Coronel GÓLBERY DO COUTO E SILVA (*)

— Quem diz Geopolítica, diz, com Backheuser, Política traçada em decorrência dos fatores geográficos — isto é, Política, na essência, e Geografia, na fundamentação.

Ora, no escalão Estados soberanos, a Política Nacional defronta-se, desde logo, com o dilema — Bem-estar versus Segurança — de cuja solução ponderada resultará a própria delimitação do campo especificamente estratégico.

Assim, a discussão de tal dilema e de suas implicações situa-se, de direito, no limiar do problema geopolítico nacional.

Aí está por que abrimos espaço para o artigo abaixo, embora já tenha sido divulgado em matutino desta Capital. Mas é que sua análise interessa de perto a todos os estudiosos da Geopolítica Brasileira.

1. UM DILEMA ETERNO DO HOMEM, ANIMAL SOCIAL

Houve, em século que já vai bem distante — êstes Braís mal despontavam, então, para seus largos destinos — um “geômetra da política” que, seduzido pela imponente clareza do monumento euclidiano, com seu sólido embasamento de postulados, de porismas e axiomas diáfanos, seus teoremas bem encadeados e seus corolários surpreendentes, resolveu aplicar, também, o mesmo sistema lógico-dedutivo ao domínio flutuante e incerto da Sociedade e da Política. Era, entretanto, ao tempo em que Bacon e Galileu inauguravam, com brilho e audácia invulgares, a carreira triunfal da ciência moderna, com um método indutivo-experimental recém-saído da fôrma.

Daquele modo, porém, foi que, repudiando de frente a Aristóteles — heresia tremenda! — e se inspirando, sobretudo em Euclides, Thomas Hobbes descobriu e apontou, à adoração reverente e temerosa dos povos, o novo Leviatã, êsse deus portentoso, embora mortal, da soberania e do poderio absoluto. Seu raro e agudo engenho tomaria, como ponto de partida, aquêlê mesmo mito fascinante e estranhamente crível do “contrato social” que, na época, atraía a todos os espiritos, fecundando o liberalismo nascente de que Locke se afirmaria, mais tarde, intérprete inexcedível até hoje, e, por um extraor-

(*) O Coronel Golbery do Couto e Silva possui os cursos da Escola de Estado-Maior do Exército, da Command and General Staff School (Fort Leavenworth) e da Escola Superior de Guerra. Foi integrante da Força Expedicionária Brasileira, que lutou no TO da Itália, durante a 2ª Grande Guerra, membro da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai e Adjunto da Divisão Executiva do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. É conferencista de Geopolítica, na Escola Superior de Guerra, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, membro do Instituto Brasileiro de Geopolítica, colaborador de diversos jornais e autor de excelentes trabalhos sobre Geopolítica, destacando-se: “Aspectos Geopolíticos do Brasil”, “Geopolítica e Geo-Estratégia” e “O Brasil e a Defesa do Ocidente”. Serve atualmente no Estado-Maior do Exército.

dinário passe de mágica, faria daquele mito o próprio fundamento de sua incrível proposição derradeira — a rendição total da liberdade do indivíduo em aras de um poder soberano, incontrastável e supremo.

O Estado-soberano, surgido das fontes profundas do Mêdo para prover a segurança individual e coletiva na terra, passaria a afirmar sua vontade onipotente sobre os destinos de todos os súditos que o haviam criado, assim mesmo, inigualável e autárquico, mas, já agora, pela própria necessidade de um raciocínio lógico, escorreito e severo, que o justificaria, de uma vez para sempre, contra tôdas as críticas e contra quaisquer argumentações. E, assim, em Hobbes encontrariam, ao seu inteiro dispor, os defensores do autoritarismo mais rigoroso — todos os déspotas futuros, esclarecidos ou não; os senhores da guerra; os novos Césares, no tumulto de suas ambições insofridas; as minorias usurpadoras e tirânicas — inteiramente modelada, em linhas inflexíveis e rigorosas, a teoria que lhes absolveria os desmandos e lhes encobriria os caprichos insanos, enquanto se pudessem manter, pelo poder da coação, como governos de fato.

Ora, Hobbes pode bem considerar-se como o patrono, reconhecido ou inconfessado, das modernas ideologias políticas que ameaçam, por todos os lados, o mundo decadente de um liberalismo impotente e exausto.

É certo que a geometria euclideana já perdeu todo aquê seu extraordinário fascínio de admirável construção lógica, indiscutível e eterna, desde que Hilbert, entre muitos outros, lhe examinou os alicerces, apontando falhas e desmascarando preconceitos ilegítimos, antes de todo insuspeitos, e que o russo Lobatchewsky, o húngaro Bolyai e o alemão Riemann descerraram os novos horizontes de metageometrias abstrusas que se iriam erguendo e ramificando e desenvolvendo luxuriantes, de um lado e de outro da construção primitiva clássica, tais como exóticas florações barrocas, sobre as quais Einstein haveria de construir todo um Universo renovado, de intelegibilidade perfeita. Mas, subalternizando, embora, a matemática à simples categoria de capítulo elementar de uma lógica tornada mais e mais rigorosa pelo emprêgo do algoritmo que Leibnitz tanto almejava, no célebre "Calculemos!", os dias recentes se vêm caracterizando como o domínio ampliado de um logicismo cada vez mais audaz, sobretudo a partir da codificação russelliana dos Principia Mathematica. E pululam, hoje, os Principia Economica, os Principia Ethica, os Principia Política.

No fundo, é ainda o mesmo anelo de precisão e de clareza, de verdades necessárias e irrefutáveis que leva o Homem a esboçar, incansável, essas metalógicas estranhas e sabidamente malogradas, extravasando, muito além do restrito campo primitivo, aos mesmos domínios cambiantes a que Hobbes, como Spinoza em paralelo, buscara estender o método euclideano, ao seu tempo, paradigma perfeito das supremas virtudes do Conhecimento e da Ciência. Tal como o Partenon, de seu purismo de suas linhas que medições mais exatas não conseguem sequer empanar, tal como a Idéia Imperial que animou os sonhos de Alexandre e as campanhas de César e as aventuras de Bonaparte e ainda perturba o espírito de modernos conquistadores demontados, tal como êsse mito indestrutível da Pax Romana pelo qual suspira a Humanidade, como por um novo milênio — é também êste outro, o da apolínea perfeição da geometria de Euclides, um "fantasma" persistente e teimoso que ainda atrai e arrasta o espírito humano, em suas aventuras criadoras pelo reino do Cognoscível.

Sem dúvida, os novos mestres de ideologia política — e, se não mestres, profetas — são menos geométricas que Hobbes, mas, não menos que ele, presas de igual angústia.

É que o impulso incessante que domina, transparente, toda a dialética hobbeana, tanto quanto o avatar que espicaça aos novos doutrinadores políticos, é o mesmo grande Medo, o medo cósmico que viu, na terra, o nascimento da Humanidade e de sua verdadeira angústia existencial, o medo paralisante e tenaz que brota, incoercível, da insegurança eterna do Homem.

Hobbes, sabe-se que nascera, infante prematuro, sob o signo do Medo, por ocasião daquela epidemia histórica que abalara toda a Inglaterra, ante a notícia tremenda da aproximação da Invencível Armada que os céus imolariam em holocausto ao duradouro esplendor do "Rule, Britania". E, já velho, respeitado por todos, protegido pela Corte, verdadeiro monumento nacional, Hobbes tremeria ainda, sentindo-se ameaçado como sempre pelo espectro da insegurança que o perseguira a vida toda, mas que, por outro lado, o havia sustentado na admirável construção lógica de sua monolítica sistematização da política.

Hoje, a insegurança do Homem é a mesma, maior ainda, talvez. E, na extrapolação dos teoremas hobbeanos, o dilema eterno que o aflige, como animal social que é, membro nato e obrigatório de uma sociedade mais ou menos dilatada, mais ou menos complexa, mais ou menos solidária, tende a solucionar-se de novo, unilateral e paradoxalmente, pelo sacrifício completo da Liberdade em nome da Segurança individual e coletiva.

Desperta, assim, o Leviatã, adormecido por tantos séculos, ao som das novas mitologias totalitárias, tanto da direita quanto da esquerda, as quais incitam e buscam seduzir a Humanidade desvalida e temerosa ao escambo ominoso; enquanto, na moldura em contração de um mundo já sem fronteiras que realmente separem, desponta o Estado-Universal, como solução reclamada e única possível à insegurança maior que está a criar a própria progênie de Leviatãs acosados, em suas disputas intermináveis e estéreis. E esse que está por vir, será o Leviatã supremo, o Super-Leviatã, senhor absoluto e incontestável da terra e do espírito humano.

Na verdade, é a insegurança generalizada e crescente em que se debate, agoniada, a humanidade de hoje, o ópio venenoso que cria e alimenta essas horríveis visões, capazes, entretanto, de se tornarem uma realidade monstruosa.

A insegurança do cidadão dentro de cada Nação e a insegurança de uns Estados em face dos outros, a visão onipresente da guerra — guerra civil ou guerra subversiva ou guerra internacional — domina o mundo de nossos dias e explica, por si só, essa ânsia neurótica com que os indivíduos — desamparados, as multidões — em pânico, os povos — desiludidos e aflitos, a Humanidade, enfim, se ergue e se lamenta e se debate, disposta até a escravizar-se a quaisquer senhores e a quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam, num prato de lentilhas, um pouco de segurança e de paz. E, assim, acaba ou acabará afinal por perder, com a Liberdade traída, a própria Segurança por que tanto almejava.

Homens de todas as latitudes e de todas as raças — a guerra é global —, homens de todas as idades — a guerra é permanente —, homens de todas as profissões e dos credos mais diversos — a guerra é total —, devemos, pois, olhar bem de frente essa Esfinge dos novos tempos, para decifrar-lhe o mistério tremendo que em si mesma en-

cerca e fortalecermo-nos na defesa da Liberdade que é exigência essencial e impenhorável da condição humana, para que nem na guerra acabemos por soçobrar, vencidos, nem por ela mesma soçobre, afinal, conosco, a Humanidade inteira.

2. A GUERRA E SUA SIGNIFICAÇÃO COMO FENÔMENO POLÍTICO

Ora, direis, sempre houve guerra, mais ou menos cruenta, encarilhada às vezes, quase sempre brutal, desde que se constituíram e finalmente acabaram por se encontrar em contato — e, daí, em conflito e em choque — grupos sociais autônomos, as hordas, as tribos, os povos primitivos e bárbaros, as cidades ilustradas e ricas, os Estados poderosos e os Impérios milenares, todos eles animados de uma consciência coletiva, aqui — mais vigorosa, ali — mais tênue, conscientes todos de sua própria existência como grupos independentes e, ademais, conscientes também de aspirações e interesses comuns a todos os seus membros integrantes, interesses e aspirações muitas vezes discordantes, senão mesmo antagonônicos, em relação aos que, a outros grupos, inspiravam e uniam.

Desde que se formaram os primeiros Estados, sob a forma arcaica dos Estados-Cidades que floresceram e brilharam no mundo da antiguidade, ressurgindo, ao depois, no terreno fulgurante do Renascimento europeu, desde os Grandes Impérios fundados pela religião ou pela espada até os Estados-Nações que, ainda hoje, entre nós se multiplicam, quando talvez já desponte, em formas embrionárias — a OEA, a NATO, a SEATO, de um lado, e, de outro lado, a URSS —, a estrutura multinacional de amanhã, sempre foram os Estados, os verdadeiros protagonistas no cenário internacional, como intérpretes e paladinos autorizados das aspirações e interesses dos correspondentes grupos sociais.

Pouco importa que, nos estados autoritários — sem reboços quaisquer, nas democracias — sob disfarces de maior ou menos consistência, muitas vezes, quando não sempre, se apresentem, como interesses e aspirações da coletividade, alguns que o são, afinal, apenas de uma simples minoria, compenetrada melhor de seus próprios objetivos, bem equipada para a ação política e sobretudo hábil no manejo dos múltiplos controles sociais — a chamada *elite dirigente*. A capacidade desta em sensibilizar e atrair a massa, em arrastá-la dócilmente sob sua liderança eficaz pela força carismática que desperte e assegure o mecanismo mimético que Toynbee tão bem descreveu, dá bem a medida real de seu poder criador. Como quer que seja, porém, buscando, realmente, essa elite ou minoria, traduzir os interesses e aspirações, ainda informes, que flutuam imprecisos na alma popular ou indo mais além e se empenhando, educativamente, para que o povo compreenda e sinta os seus verdadeiros interesses e aspirações, tratando, maquiavélica ou demagógicamente, de mistificar a massa para que adira a seus objetivos particulares de elite ou coagindo-a a tal — isso é, afinal, acessório — o fato primordial que vale considerar, no conjunto do panorama internacional, é que cada Estado se move ao impulso potente de um núcleo de aspirações e interesses, mais ou menos definidos com precisão num complexo hierárquico de Objetivos.

Para os Estados-Nações de nossos dias, são seus Objetivos Nacionais.

Entre êsses Objetivos, é evidente, cabe posição de relêvo aos que dizem respeito à persistência de todo o grupo social, do Estado e da Nação como tais — isto é, à sua sobrevivência no espaço e no

tempo, sua autonomia em relação aos demais e o próprio desenvolvimento econômico e social, já que, para as sociedades humanas, assim como para todos os organismos de maior ou menor complexidade, a estagnação é a morte. Conforme as circunstâncias vigentes em cada caso, a sobrevivência, a autonomia, o desenvolvimento traduzir-se-ão em objetivos, secundários porque decorrentes, de conquista de terras alheias ou defesa do próprio território, de agressão ou de paz, de aquisição de riquezas ou salvaguarda de patrimônios, da obtenção de esferas de influência ou libertação econômica, de subjugação cultural ou de afirmação nacionalista, de autarcia, de irredentismo, de liberdade ou de imperialismo, de satelização, de domínio — tôda uma gama de objetivos políticos, econômicos, psico-sociais e até mesmo militares, entre os quais se poderão infiltrar, já o assinalamos, e sob racionalizações mais ou menos bem urdidadas, aspirações e interesses pouco confessáveis da sagaz minoria dirigente.

Animado, assim, cada Estado por seus próprios Objetivos e fundamentados êstes num código moral predominantemente egoísta, de admirar seria que não surgissem antagonismos diversos, alguns de importância vital incontornável, entre certos Estados, por quererem êstes cousas opostas quando não, cada uma para si, a mesma cousa, nessa paisagem anárquica que continua a ser, a despeito de todos os esforços despendidos milenarmente em Tratados e Ligas sempre pouco duráveis, a vida internacional no planêta. E é, buscando solucionar, a relativo contento dos diversos interessados, êsses antagonismos entre Estados, que surge, então, a diplomacia, com todo o seu velho arsenal de práticas conciliatórias, o seu formalismo aparentemente tão ridículo quanto útil de fato, e a manha, a estratégia que faria a glória duradoura de um Metternich, de um Disraeli ou de um Tayllerand.

Falhem, porém, a prudência e a solércia diplomáticas e sejam realmente vitais os interesses em jôgo, impedindo sacrifícios de parte a parte, e a guerra virá, por fim, para solucionar, a seu modo, o conflito fatal. Cedat toga armis — ao inverso da célebre proposição formulada por Cícero.

Nada aí há de novo que se não houvesse manifestado também no âmbito restrito da estrutura estatal, durante o processo paulatino da concentração de seu supremo poder, como força de coação capaz de se impor, soberana, a todos os cidadãos e de dirimir, sem apelação, os conflitos que, lançando uns contra outros, à própria paz social viessem, por fim, a ameaçar. Mas, no mundo dos Estados-Nações, estamos ainda numa fase feudal — urge bem reconhecê-lo — estruturando-se, atomisticamente, o poder em núcleos esparsos e autônomos, numa primeira etapa de cristalização rudimentar, em que cada Estado se defronta com os demais, tal como, em épocas outras, os barões e senhores, em seus domínios quase auto-suficientes, desafiavam-se mutuamente e levavam à luta suas cortes heterogêneas e turbulentas de cavaleiros, de servos, de vassalos e libertos.

E a guerra moderna que se trava entre Nações, mobilizando tôda a força arrasadora, todos os impulsos destruidores, todo o primarismo incontento da emotividade bárbara das massas angustiadas e esporeadas à luta, expandindo-se, em crescendo, a todos os setores de atividades, não mais guerra de mercenários ou de profissionais endurecidos, mas guerra total que a todos envolve e que a todos oprime, guerra política, econômica, psico-social e não só militar, perdurando no tempo sob a forma de guerra fria ou ampliando seu domínio no espaço como avassaladora onda universal que não respeita nem os desertos saarianos, nem as alturas tibetanas, nem as imensidades polares, vem crescer ao velho dilema entre Liberdade e Se-

gurança um colorido profundamente trágico, quando as novas armas saídas, incessantemente, dos laboratórios de pesquisas — as bombas atômicas, as superbombas de hidrogênio e cobalto, os teleguiados de alcance intercontinental, os satélites artificiais que já cruzam os céus, anunciando as plataformas giratórias do futuro de onde poderão ser lançados ataques inopinados, demolidores e esquivos — passam a ameaçar a humanidade inteira, em sua loucura coletiva, de aniquilamento e de morte.

Essa é a guerra — total, permanente, global, apocalíptica — que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada.

E só nos resta, Nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela, com determinação, com clarividência e com fé.

3. O PODER NACIONAL E SEU FORTALECIMENTO

O instrumento da ação estratégica, nesta era de guerras totais, só pode ser o que resulta da integração de tôdas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada Nação, de tôda a sua capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, políticos, psico-sociais e militares que possa reunir para a luta — de seu *Poder Nacional*, em suma. E é esse Poder, atuante desde o tempo de paz como trunfo decisivo e sustentáculo real nas discussões diplomáticas, já desde então supervalorizado pela sombra prestigiosa que sempre o acompanha, de um Potencial mais amplo, suscetível de atualizar-se em prazo maior ou menor, que deverá ser transformado, orientado, mobilizado para a eventualidade da guerra que se venha a concretizar, assumindo, a partir de então, sua componente militar, exteriorizada nas Forças Armadas, o papel dominante.

Ora, nem sempre dispõe o Estado de um Poder Nacional à altura das responsabilidades decorrentes da guerra ou, nem mesmo, das que tenham sido assumidas no período de paz. E, pois, tratar-se-á, imperativamente, de fortalecer esse Poder, desenvolvê-lo no tempo devido e por todos os processos, de modo que, no balanço vital entre possibilidades e necessidades, entre meios e fins, entre obrigações e recursos, não subsista um déficit fatal que pressagie, para a Nação, a derrota e a servidão e a morte. Maximizar o Poder Nacional, em face das exigências impostas pelo fantasma da guerra que já nos persegue — eis um dever a que se não podem esquivar, de forma alguma, as Nações, atentas ao futuro que de tôdas se avizinha a passos tão agigantados.

A presença dominante desse parâmetro inelutável — a Segurança Nacional — impõe, entretanto, o ônus tremendo de uma economia visceralmente destrutiva aos anseios normais de desenvolvimento e bem-estar que animam a todos os povos e, sobretudo, àqueles que ainda se vêem à margem das regiões mais adiantadas do mundo, comprimidos em padrões de vida pouco elevados e inelásticos. Daí um novo dilema — o do Bem-estar e da Segurança — apontado por Goering, em dias passados, sob a forma menos justa, mas altamente sugestiva, de seu conhecido slogan: “mais canhões, menos manteiga”. E, na verdade, não há como fugir à necessidade de sacrificar o Bem-estar em proveito da Segurança, desde que esta se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo, aprenderam, no pó da derrota, a lição merecida.

Mas, se há um mínimo de segurança a atingir ou manter, em função da natureza e valor dos antagonismos em presença, de acôrdo com o maior ou menor grau de probabilidade da guerra que se tem a temer, e conforme a urgência e gravidade do perigo que se há de

vencer, existe também, por outro lado, um mínimo de bem-estar que se precisa assegurar, de qualquer forma, em permanência.

É que, neste particular, rege, como na ciência econômica, a lei eterna dos rendimentos decrescentes que Turgot instituiria na base de suas assinaladas teorias fisiocráticas.

A medida que se sacrifique o bem-estar, em proveito da segurança; canalizando recursos daquele para esta, o primeiro decresce, enquanto a segurança aumenta mais que proporcionalmente, a princípio; a partir de certo ponto, porém, sofre a curva acentuada inflexão e os acréscimos, agora cada vez menores, acabarão por se anular de todo, quando se haja alcançado o que, teoricamente, corresponde ao máximo de segurança compatível com a limitação imposta pelos recursos disponíveis. Reduza-se, ainda mais, o bem-estar e a própria segurança virá, agora, decrescida.

A segurança estrutura-se, pois, não pode deixar de estruturar-se sobre uma base irredutível de bem-estar econômico e social, nível abaixo do qual se ofenderá a própria capacidade de luta e de resistência da Nação, incapacitando-a, afinal, para o esforço continuado e violento que dela a guerra exigirá. Esta é bem um domínio em que às forças morais cabe papel saliente e não há moral de um povo que se possa manter indene além de certos limites de exaustão e de desânimo. A tragédia germânica de 18, como a do Japão em 45, mais uma vez o demonstraram.

4. CONCLUSÃO

Segurança e Bem-Estar e, em plano mais elevado, Segurança e Liberdade são dilemas decisivos com que sempre se viu defrontada a humanidade, nunca, porém, como hoje, em circunstâncias tão dramáticas e tão imperiosas assim.

E, como dilemas da vida social, ambos, em ambos se manifesta uma bipolaridade não exclusiva, cada um dos termos opostos dependendo, em verdade, do outro pela função anteriormente descrita.

Não se acredite, pois, que o sacrifício da Liberdade possa conduzir sempre a um aumento de Segurança. Além de certos limites, a Liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital da Segurança. Os escravos não são bons combatentes — eis a lição que tiranias aprenderam, no decurso dos séculos.

Portanto, a despeito de toda a maravilha argumentativa de Hobbes, redidiva, como mostramos, nas modernas doutrinas sofisticadas dos totalitários de todos os matizes e dos Salvadores pela Espada, como os chama Toynbee, a Liberdade do cidadão dentro do Estado moderno precisa ser salvaguardada e defendida também, dentro de limites que são irredutíveis até mesmo na guerra, sob pena de, sem ela — a Liberdade —, totalmente esvair-se a própria Segurança, em nome da qual tantas aventuras liberticidas se têm empreendido, desde que o mundo é mundo, com maior dose de arrogância ou maior capacidade de mistificação e de cinismo.

Estejamos certos de que defender a Liberdade é também, graças aos céus, alicerçar em sólidas bases a Segurança Nacional. E, se não o fôra, miserável seria a vida do soldado nos Estados modernos, mais miserável ainda do que as dos torpes mercenários que resguardavam, nos Impérios moribundos de outrora, a luxúria e a orgia e o crime das côrtes depravadas e corruptas, até que a mão inexorável do destino as sepultasse para sempre na vasa do olvido que se deposita, incessante, ao longo do rio caudaloso da História.

SITUAÇÃO GEOPOLÍTICA DAS BASES DO NORDESTE

"O Brasil pertence à comunidade do Atlântico. Não há um só Atlântico, como no caso do Oceano Pacífico, mas dois Atlânticos: o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, separados pelo estrangulamento entre o bojo Nordeste do Brasil e o ombro da África, com 1.800 milhas de comprimento, entre Natal e Dakar.

Essa distância, hoje percorrida em 5 horas de vôo, abstraído o uso de aviões a jato. Quem vai, por mar, de Buenos Aires para a Europa ou para os Estados Unidos e vice-versa e quem vai do Sul da África para os EE. UU. ou Europa e vice-versa, deve passar pelo estrangulamento.

O estrangulamento é, portanto, uma encruzilhada vital para o mundo e o Nordeste brasileiro é uma das duas sentinelas dessa encruzilhada. Mas, vejamos as distâncias, em relação à Europa e à América. Pernambuco é equidistante tanto da zona de bases americanas situadas entre Charleston e Boston, como da zona de bases européias situadas entre Liverpool e Marselha.

As posições da América e da Europa são idênticas, em relação ao Nordeste brasileiro. O problema pode ser expresso por um triângulo equilátero, com os vértices em Norfolk, Brest e Pernambuco, cada lado tendo 4.000 milhas.

Ao Sul de Pernambuco, há mais de 4.000 milhas de litoral, até o Cabo Horn. Tudo isso porque o Nordeste brasileiro avança para Leste, em relação à Norte América.

Notar que o meridiano de Nova York passa ao largo de Valparaíso, no Chile, e não na costa do Atlântico.

No extremo Nordeste do Brasil, encontramos Natal, o ponto mais importante de todo o litoral Norte-Nordeste do Brasil.

Ao largo de Natal, 250 milhas a Nordeste, deparamos com Fernando de Noronha, outra base vital porque, organizada:

— pode contribuir para apertar ainda mais o estrangulamento Natal-Dakar;

— pode mesmo alongar ainda mais a rota Nova York-Buenos Aires, obrigando os navios a passarem por fora dela.

Natal é o campo de pouso das linhas comerciais via Dakar, via Cabo, via Miami ou via Buenos Aires. É a encruzilhada aérea, a "chave das grandes rotas aéreas internacionais, cuja disputa comercial as grandes Nações sempre empreenderão."

Coronel ADALARDO FIALHO

(Transcrito de "Problemas do Brasil")